



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003904-69.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Oxyquim Comercial Ltda**  
 Embargado: **Agenciadora de Negocios Bio Brasil Ltda Epp**

**OXYQUIM COMERCIAL LTDA** ajuizou ação contra **AGENCIADORA DE NEGOCIOS BIO BRASIL LTDA EPP**, pedindo o levantamento da penhora que recaiu sobre uma coluna de destilação, uma caldeira, vários tanques de armazenamento de álcool e uma torre de resfriamento, bens que lhe pertence e que foram adquiridos de Paulo Egídio Bastos em janeiro de 2016.

A embargante emendou a petição inicial, a fim de acrescentar ao pedido outros maquinários de sua propriedade que também foram penhorados na ação principal.

Sustou-se o curso da ação principal no tocante aos bens embargados.

Citada, a embargada apresentou defesa, impugnando a autenticidade do contrato de compra e venda e aduzindo que os equipamentos penhorados jamais pertenceram a Paulo Egídio Bastos, que as circunstâncias envolvendo a aquisição dos bens pertencentes à empresa executada impedem a caracterização da embargante como terceira de boa-fé e que inexistente prova do pagamento das prestações devidas em razão da suposta compra dos maquinários.

Em réplica, a embargante insistiu nos termos iniciais.

Saneado o processo, deferiu-se a produção de prova documental e testemunhal.

Foram ouvidas quatro testemunhas na audiência de instrução e julgamento.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram suas alegações finais, cotejando a prova e ratificando suas teses.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A pedido da embargada, determinou-se nos autos do processo de execução a penhora de diversos maquinários encontrados no imóvel situado no Município de Charqueada, matriculado sob o nº 41.682 (fls. 56/57). Contudo, a embargante alega ser indevida a constrição judicial promovida, haja vista ter adquirido tais bens de Paulo Egídio Bastos em janeiro de 2016, conforme consta no contrato de compra e venda juntado com a petição inicial (fls. 19/25).

Apesar de oferecer, na contestação, impugnação da autenticidade documental, na verdade, a embargada aduziu hipótese de falsidade ideológica do negócio jurídico, afirmando que as declarações ali constantes revelam um fato inverídico, realizado exclusivamente para fraudar direito dos credores. Nesse sentido, incumbia à própria embargada o ônus de provar a falsidade alegada, conforme prevê o art. 429, inciso I, do Código de Processo Civil.

Ocorre que, além de inexistir qualquer elemento probatório demonstrando a falsidade cogitada, os depoimentos das testemunhas corroboram a tese sustentada pela embargante, de efetiva aquisição dos maquinários industriais. Com efeito, as duas testemunhas que assinaram o contrato de compra e venda foram ouvidas por este juízo e confirmaram a realidade do negócio jurídico celebrado pelos contratantes (fls. 165/166). Aliás, Rogério Salvador Maia dos Santos afirmou expressamente que *"os equipamentos em si pertenciam ao senhor Paulo Egídio. Pelo que recordo, Paulo Egídio tinha adquirido esses equipamentos dos mesmos Alípio e Nascimento. Pelo que compreendi, Paulo Egídio e Roberto já mantinham anteriormente transações comerciais de compra e venda de matéria prima."* (fl. 165).

Ademais, o vendedor Paulo Egídio Bastos declarou que adquiriu tais equipamentos no ano de 2010 e que os revendeu para Roberto Salles, representante da embargante. Também narrou que *"receberia as parcelas do preço a partir do mês de outubro mas em razão dessa pendência jurídica eu ajustei esperar seu desfecho. Eu estava no imóvel quando o oficial de justiça lá compareceu para fazer a penhora de equipamentos. Eu telefonei para Roberto, expliquei para ele o que estava se passando e acompanhei a realização da penhora. Eu fui muito claro para o oficial de justiça sobre o motivo de minha presença no local, por prestar manutenção nos equipamentos. Eu não me apresentei como representante da empresa Oxyquim"* (fl. 167).

Por outro lado, a testemunha arrolada pela embargada não trouxe nenhuma informação relevante para o deslinde da causa (fl. 168).

Tem-se, então, como válido o contrato de compra e venda de equipamentos industriais com cláusula de reserva de domínio celebrado pela embargante, sendo certo que, por se tratar documento particular, era dispensável o reconhecimento das firmas dos contratantes.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Além disso, inexistente prova capaz de infirmar a presunção de boa-fé da adquirente. Nota-se que os bens foram adquiridos de pessoa que não integra à ação de execução, razão pela qual não se pode falar em desídia da embargante na realização do negócio, inclusive pelo fato de se tratar de compra de maquinários industriais, o que dificulta a identificação de eventuais litígios envolvendo tais bens.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e dou por levantada a penhora dos equipamentos descritos no auto de penhora juntado à fl. 123, mantendo a embargante na posse livre dos bens.

Condeno a embargada ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da embargante fixados 10% sobre o valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**